



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 190, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022.

**ANEXO IX
DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE EM PARECER PRÉVIO EMITIDAS
PELO TCE/PE**

DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO	AÇÕES	JUSTIFICATIVA
PROCESSO TC Nº 21100434-0 – EXERCÍCIO DE 2020:			
1. Encaminhar Projeto de Lei para o Poder Legislativo no prazo de 60 dias, com fito de implantar/criar alíquotas dos servidores, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS, em percentual de acordo com o que preconiza a EC nº 103/19;	Implementada	Foram sancionadas as Leis Municipais nº 1073/2021, 1074/2021, 1075/2021, 1076/2021 e 1077/2021 de acordo com a EC nº 103/19;	
2. Elaborar a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolsos de modo a disciplinar o fluxo de caixa, visando o controle do gasto público, frente a eventuais frustrações na arrecadação da	Implementada	Foi publicado Decreto de nº 001/2023, na data: 02/01/2023;	





**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

receita;			
3. Realizar a transição de governo nos termos estabelecidos nos normativos legais;	Implementada	A transição do governo foi realizada de acordo com Decreto Estadual nº 41.273, de 7 de Novembro de 2014;	
4. Elaborar o Balanço Patrimonial com Quadro de Superávit/Déficit Financeiro, de modo segregado, nos termos previsto no MCASP;	Implementada		
5. Efetuar o registro em conta redutora de Provisão para perdas de Dívida Ativa, arredando-se no Balanço Patrimonial, situação não compatível com a realidade;	Implementada		
6. Repassar as contribuições previdenciárias para o Regime Próprio de Previdência de forma tempestiva, evitando formação de passivos para os futuros gestores;	Implementada		
7. Elaborar a LOA do Município, nos termos da legislação pertinente ao assunto, notadamente na fixação do limite para abertura de créditos adicionais	Implementada		





**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

8. Realizar estudos para melhorar as políticas públicas na área de saúde, com o fito de melhorar o índice de mortalidade infantil no Município, visto que a mortalidade infantil cresceu em 2020	Implementada		
9. Realizar estudos para melhorar as políticas públicas na área de educação, com o fito de melhorar o IDEB tanto nos anos iniciais como finais para atingir a meta estabelecida pelo MEC no Município;	Implementada		
10. Evitar a inscrição em restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeiro, nos termos da legislação pertinente ao assunto;	Implementada		
11. Adotar as alíquotas previdenciárias nos termos da DRAA do exercício, com vistas a mitigar o déficit previdenciário, e conduzir o RPPS para o equilíbrio atuarial;	Implementada		
12. Adotar medidas de controle com a finalidade de evitar a realização	Implementada		





**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

de despesas com recursos orçamentários do FUNDEB sem lastro financeiro;			
13. Aplicar na educação até o exercício de 2023 a diferença não aplicada em 2020, que foi de 1,40% - EC 119/22.	Implementada	No exercício de 2023, o percentual em educação foi de: 33,15%, aplicando desta forma a diferença de 2020, de 1,40%, conforme publicado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, no site do Siconfi;	
14. Realizar a transição de governo, nos termos da legislação pertinente ao assunto	Implementada	A transição do governo foi realizada de acordo com Decreto Estadual nº 41.273, de 7 de Novembro de 2014;	
PROCESSO TC Nº 22100384-8 EXERCÍCIO DE 2021:	Estágio do Processo: Em Instrução		

NOTAS:

Determinações: elencar, uma a uma, por processo, as determinações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Detalhamento: caso a determinação seja considerada como:

- Implementada - informar que evidência deu suporte para classificar a determinação como cumprida;
- Implementada parcialmente - informar quais ações foram realizadas e quais ações ainda se pretende realizar, com os correspondentes prazos previstos para implementação;
- Não implementada – justificar, com os esclarecimentos julgados pertinentes, o fato de determinação não ter sido implementada.

